

BRAGANÇA (Castro de Avelãs)

A freguesia de Castro de Avelãs dista cerca de 5 km a poente da sede do concelho de Bragança. Seguir pela rua Almirante Reis e Avenida João da Cruz. Na rotunda sair na primeira saída para a Av. General Humberto Delgado, seguir pela Avenida Luciano Cordeiro e Avenida Circular Interior de Bragança para a Avenida Abade de Baçal/N103. Seguir pela rua Conde de Arães, depois de uma curva ligeira à direita virar à esquerda, depois à direita e, finalmente, tem uma curva ligeira à direita, à frente da qual se encontra o mosteiro.

Implantada em área de planalto de altitudes médias, que rondam os 500 m, em ambiente rural e isolado, a freguesia de Castro de Avelãs é atravessada por um pequeno afluente do rio Sabor, a ribeira de Fervença. Segundo Orlando Ribeiro, a geomorfologia de Trás-os-Montes é muito própria, caracterizando-se por altas plataformas onduladas cortadas de vales e bacias muito profundas. A povoação é ainda delimitada pelo Ribeiro de Arães. No século XVIII, a terra produzia centeio e algum trigo, linho e fruta, como maçãs, ameixas, cerejas e nozes. As árvores predominantes são salgueiros, amieiros, castanheiros, choupos e algumas nogueiras.

Numa paisagem relativamente ampla encontramos um pequeno grupo de casais, ainda bastante rústico e quase oculto, nos tufos de arvoredos onde se destaca parte da velha fábrica românica da igreja que, em tempos, foi mosteiro beneditino e agora é paroquial da aldeia. O mosteiro recebeu o nome da povoação onde se implantou, Castro de Avelãs, ao qual foi acrescentado o orago São Salvador.

A ocupação humana deste território remonta a épocas Pré e Proto-histórica. Atualmente, no designado Povoado da Torre Velha, existem ainda vestígios de um aglomerado urbano onde se identificou, através de intervenções arqueológicas, um edifício que poderia ter sido um templo romano. Uma inscrição, hoje numa pedra de mármore que serve de credência na igreja matriz, sugere uma ocupação desse período:

DEO AETERNO ORDO ZELATUR EX VOTO

São particularmente numerosos os vestígios epigráficos da época romana e medieval. A consulta de *Hispania Epigraphica* demonstra que existem, atualmente, dez epígrafes do período romano originalmente encontradas em Castro de Avelãs, sobretudo estelas e fragmentos de estelas, bem como uma ara de mármore fraturada.

O itinerário romano que ligava Chaves a Astorga – via XVII – seguia pela região de Valpaços até Castro de Avelãs. Esse itinerário continuaria em uso na época medieval e ainda hoje a estrada N103 segue, em parte, o mesmo traçado. Por Bragança e Chaves passava ainda um dos caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela.

Na época medieval, e administrativamente, a freguesia de Castro de Avelãs pertencia ao julgado e comarca de Bragança, numa zona de fronteira entre os reinos de Portugal, Leão e Castela. É citada como freguesia nas inquirições gerais de 1258 e de 1288-1290. Eclesiasticamente, integrava-se na arquidiocese de Braga, a quem pertencia a jurisdição eclesiástica, já no séc. XII. A antiga freguesia de São Pedro de Castro de Avelãs era reitoria da apresentação do Cabido da Sé de Bragança, na antiga comarca de Miranda.

Mosteiro de São Salvador

SÃO SALVADOR DE CASTRO DE AVELÃS trata-se do único mosteiro em toda a região transmontana e altoporiense fundado antes dos séculos XIII-XIV. A questão da fundação deste mosteiro tem sido objeto de muita controvérsia entre os historiadores, sobretudo devido à ausência de fontes. D. Rodrigo da Cunha, no século XVII, contrariou a versão vigente até então de que a sua fundação remontaria a São Frutuoso no ano 667, pois nesta data o referido bispo já teria falecido. Também Fr. Leão de São Tomás, José Cardoso Borges e Pinho Leal corroboraram esta tese. Carlos Passos remete a sua fundação para o século XI, tendo sido Afonso V de Leão a doar aos monges de Castro de Avelãs a terra de Benquerença, atual Bragança. Outros autores, baseando-se em livros de linhagens, atribuíram a sua fundação ao abade D. Alão, da linhagem dos Braganças, família dos padroeiros, situando-a, então, no século XI. Ana Maria Afonso sustenta que a fundação do mosteiro poderia ser incluída no movimento do monaquismo visigótico, ou hispânico, que preferia os vales dos rios para desenvolver a ocupação populacional. Muitas destas comunidades acabaram por se extinguir e outras, porém, foram restauradas pelos Beneditinos. O que parece ter sido o caso do Mosteiro de São Salvador.

Sabe-se que no século XII o mosteiro de Castro de Avelãs era já abastado e usufruía de múltiplas rendas. Para

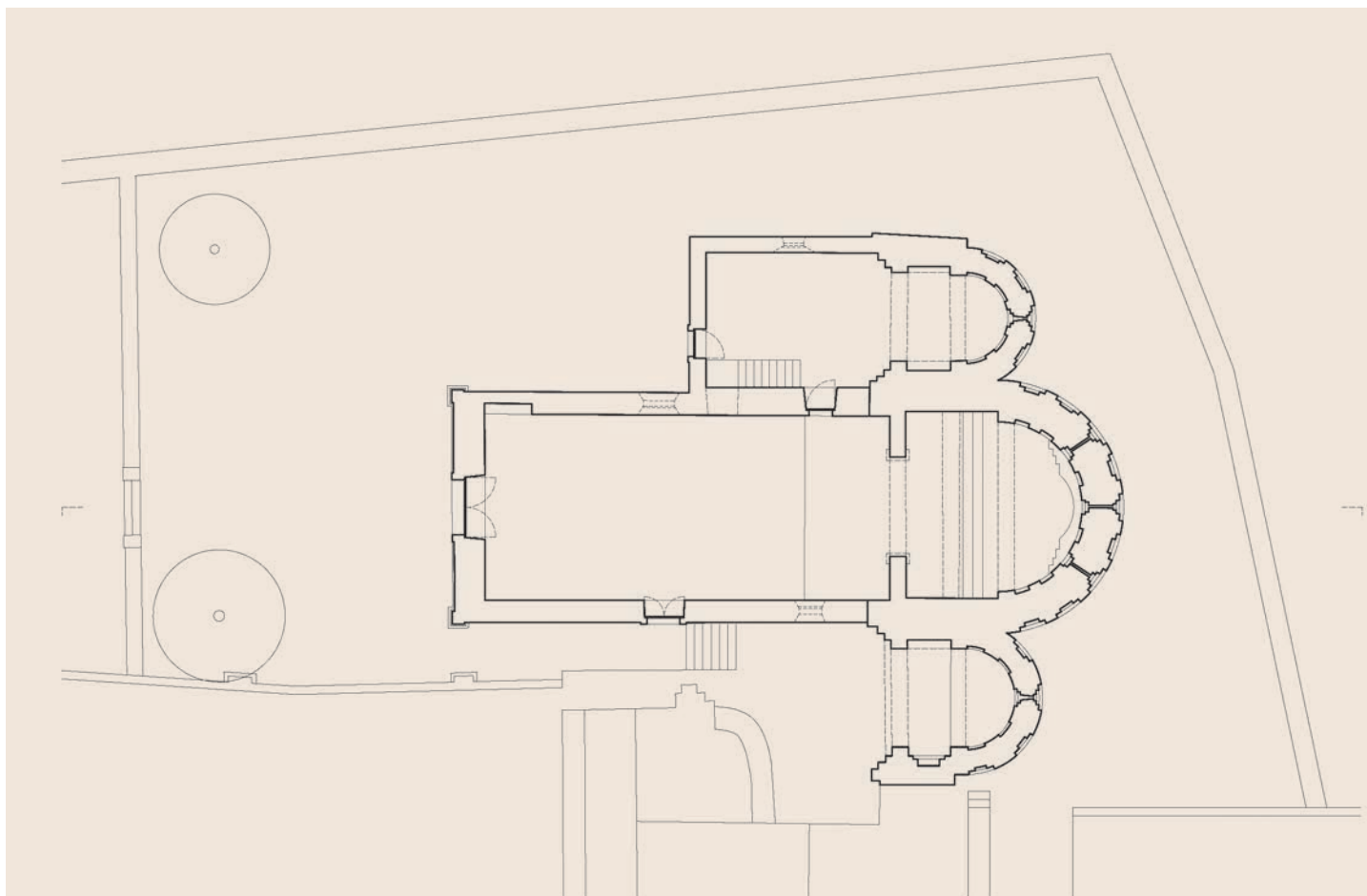
poder restaurar a *vila* de Bragança, o poderoso braganção D. Fernão Mendes, cunhado do rei D. Afonso Henriques (1143-1185) teve de adquirir a colina de Benquerença, que estava na posse dos monges, cedendo-lhes, em troca, outros bens imóveis.

Francisco Manuel Alves, abade de Baçal, reconstituiu um catálogo possível dos abades do mosteiro de Castro Avelãs, nomeando o primeiro D. João (1144-1145), a quem D. Afonso Henriques fez a doação do mosteiro. Este estudioso de Bragança reproduz ainda uma extensa lista de fontes relativas a Castro de Avelãs.

Documentalmente, sabemos que o mosteiro aparece referido pela primeira vez em 29 de julho de 1145, numa doação régia apresentada pelos monges beneditinos aos inquiridores de D. Afonso III, em meados do século XIII. Sabe-se hoje que a carta de couto de 29 de dezembro de 1144 fora forjada no século XIII podendo, contudo, ter tido como base uma concessão verdadeira. Também terá sido forjado o escambo datado de 4 de maio de 1187, pelo qual D. Sancho I dá ao abade do mosteiro de Castro de Avelãs, as vilas de São Julião, São Mamede, Argozelo e Pinelo, localidades perto da fronteira com o Reino de Leão, recebendo em troca a herdade de Benquerença. Outro escambo com os mesmos termos e entre os mesmos protagonistas está datado de 2 de dezembro de 1194.

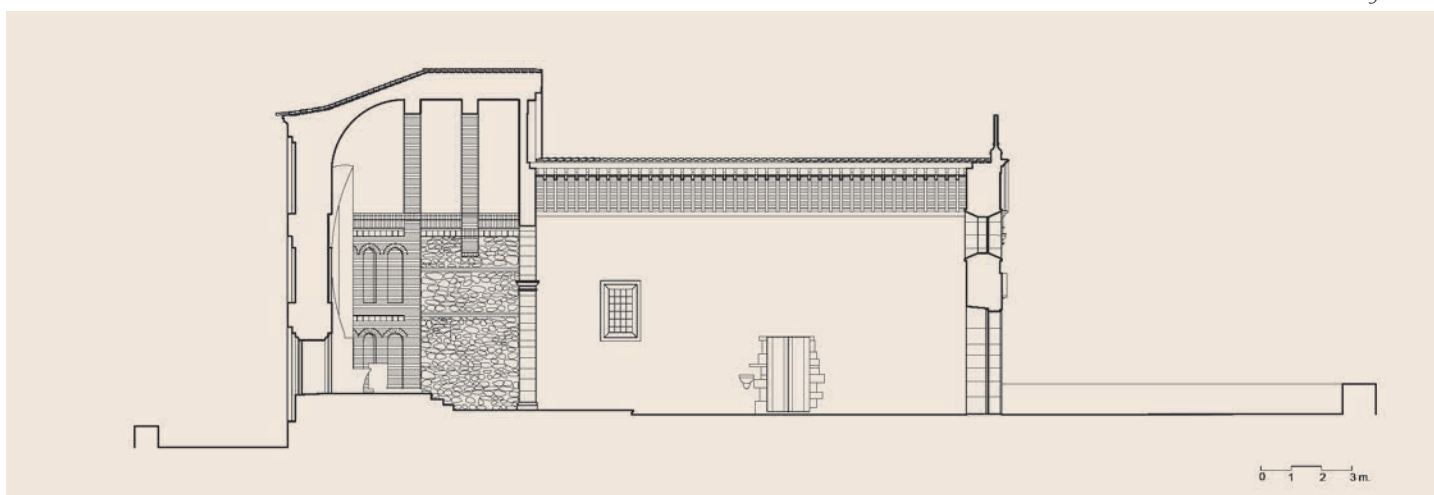
Exterior. Perspetiva geral da igreja. Alçado norte





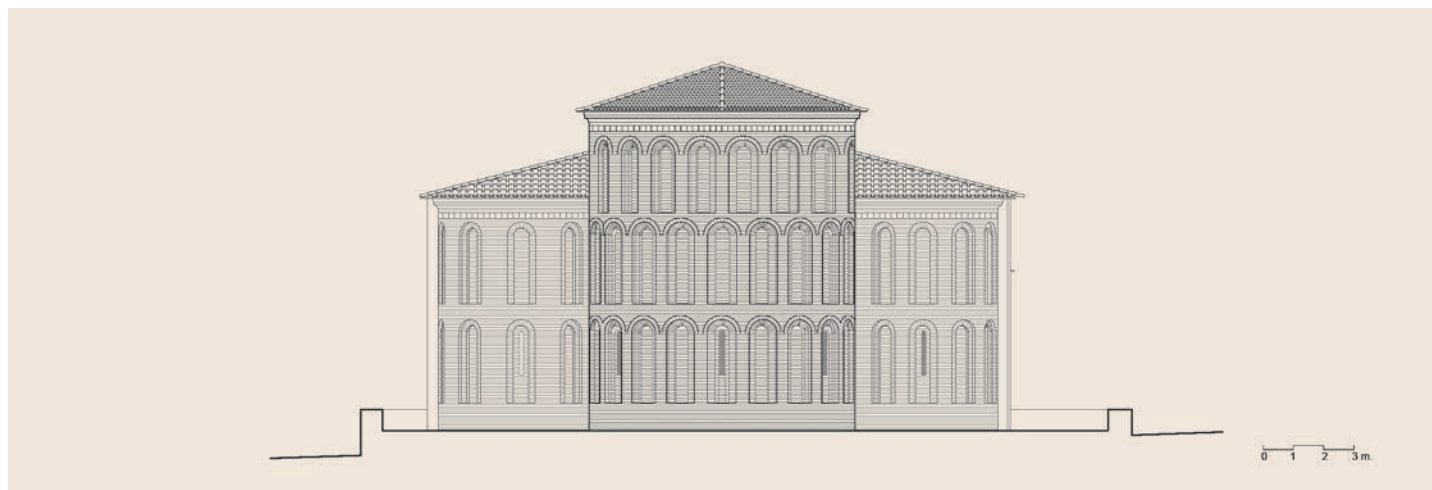
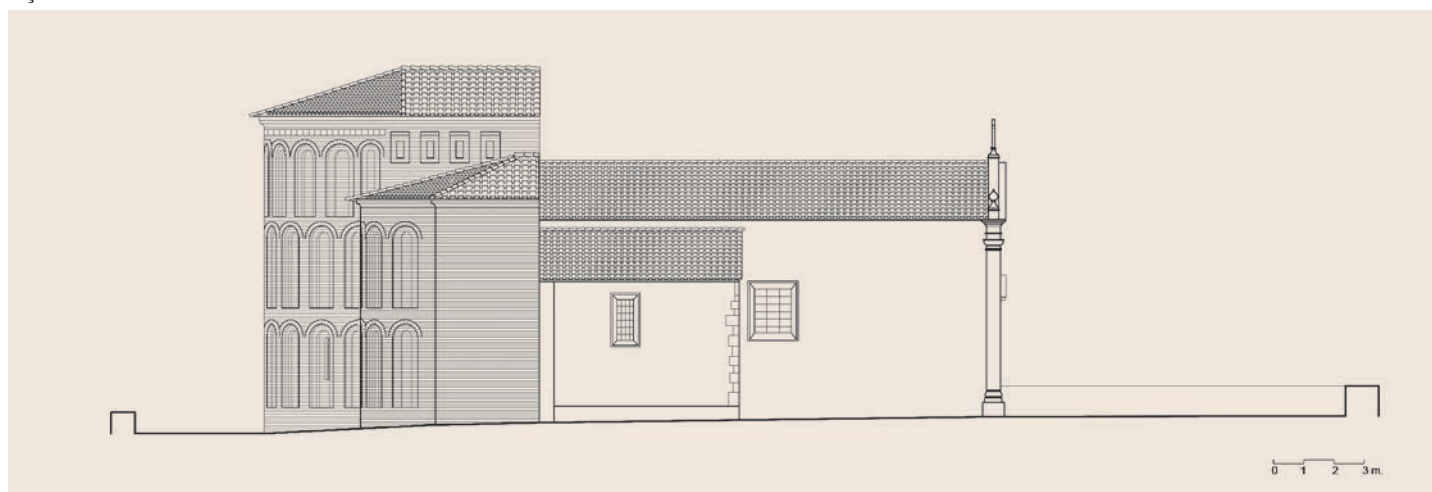
Planta

Corte longitudinal



Poucos anos mais tarde, em 1199, os monges de São Salvador de Castro de Avelãs afirmaram a sua dependência relativamente ao mosteiro espanhol de San Martín de Castañeda (Sanabria), um dos mais importantes mosteiros da região zamorana e cujo poder se afirmou na segunda

metade do século XII, a qual se poderá atribuir a dois motivos: ou para evitarem a jurisdição do arcebispo de Braga ou em consequência das lutas travadas entre as sés de Braga e de Compostela relativamente às dioceses sufragâneas. Esta subordinação terminou em 1218 devido à renúncia do

*Alçado este**Alçado norte*

abade espanhol aos direitos que tinha sobre este mosteiro português. Em 1221, D. Lourenço Rodrigues seria o abade em funções no mosteiro de Castro de Avelãs.

Apesar de a Regra de São Bento prever a escolha do abade entre os membros da comunidade, com o tempo, este passou a ser nomeado pelos padroeiros. Parece não haver dúvidas quanto a considerar-se a família dos Braganços como padroeira do mosteiro. Prova disso é o ainda visível túmulo de D. Nuno Martins de Chacim que, segundo Sottomayor-Pizarro, foi primeiro meirinho-mor do reino entre 1261 e 1276, ascendeu a rico-homem a partir de 1265, ano em que assumiu a tenência de Bragança, até 1284, cargo que aliou ao de aio de D. Dinis, desde 1279 até à sua morte em 1284. Ao que se sabe, D. Nuno Martins de Chacim, que terá nascido cerca de 1218, controlou grande parte dos bens dos Braganços, detendo propriedades desde Bragança até Chaves, apesar das notícias

identificadas quanto a usurpações e esbulhos que possa ter cometido durante o período de anarquia que se viveu no reinado de D. Sancho II (1223-1248). Embora esteja confirmada a sua descendência por via bastarda da linhagem de Bragança, a verdade é que optou por se fazer tumular em sarcófago personalizado, com inscrição e brasões, no mosteiro de Castro de Avelãs, onde esta velha linhagem tinha seu panteão e detinha os direitos de padroado. A sua arca tumular encontra-se hoje no absidíolo sul, a céu aberto.

É notável a centralidade assumida pela comunidade de monges beneditinos deste mosteiro desde a sua fundação, em meados do século XII, que não deixou de alargar o seu domínio fundiário e estender a sua ação pastoral na zona. Para além das doações régias, contam-se um elevado número de doações e legados testamentários, de origem particular. Sublinhe-se que os monges, no contexto político



*Exterior. Perspetiva
geral da igreja.
Alçado este*

Vista geral da cabeceira antes da intervenção da DGEMN



Vista geral da cabeceira da igreja após a reconstituição feita pela DGEMN





*Alçado sul, vestígios
do absidíolo da
Epístola (DGEMN)*



*Exterior. Perspetiva
geral da igreja.
Alçado sul*

e social da época, asseguravam simultaneamente proteção física e espiritual à população, que retribuía com doações patrimoniais. Ao assumir direitos administrativos, fiscais e judiciais, o mosteiro gozava de imunidades acrescidas face ao poder régio. Acrescente-se que o mosteiro de Castro de Avelãs desempenhou uma ação relevante no povoamento da região, e as suas propriedades estão refletidas nas inquirições gerais do reino.

Através das Inquirições Gerais de D. Afonso III, realizadas em 1258, temos conhecimento da dimensão patrimonial do mosteiro de Castro de Avelãs, em parte usurpado. O cenóbio, era, ainda, patrono de algumas igrejas e senhor de certas vilas. D. Dinis tentou limitar o domínio usurpado e, após uma inquirição de 1280, ordenou o abandono das terras possuídas ilegalmente. De dezembro de 1287 data uma composição entre o arcebispo de Braga, D. Telo, e o mosteiro acerca de direitos em várias localidades. Em 1288, D. Dinis confirma aos monges o património que detinham em Miranda e Bragança. As Inquirições Gerais, ordenadas por este monarca em 1288-1290, permitem constatar que o domínio patrimonial se reforçou consideravelmente, em particular junto à fronteira leste.

A 14 de setembro de 1290, D. Dinis faz escambo com D. Fr. Paio, abade do mosteiro de Castro de Avelãs pelo menos entre 1290 e 1299, pelo qual o rei recebia a aldeia de Outeiro de Moás e entregava aos monges as aldeias de Gostei e Castanheira. Nem um ano depois, a 12 de julho de 1291, é proferida uma sentença contra o mosteiro pela qual foi julgado pertencer a D. Dinis a aldeia de Sezulfé. Em 1297, o mesmo D. Dinis doou ao mosteiro o padroado da igreja de Sezulfé e no ano seguinte o da igreja de Frieira. Em 1299, o abade D. Fr. Paio concede foral a Rio Frio do Monte, hoje Rio Frio de Outeiro. Em 1319, o monarca confirma a Fr. Martinho Pais, abade do cenóbio, a doação de várias aldeias.

São também conhecidos outros forais dados pelos abades do mosteiro de Castro de Avelãs a povoadores e a várias aldeias com a intenção de povoar esses lugares.

Em 1320, no Catálogo das igrejas, comendas e mosteiros do reino, o mosteiro foi taxado em 1500 libras, na contribuição para a Cruzada, valor que se destacava no conjunto das restantes instituições religiosas da Terra de Bragança que, em média, não ultrapassavam as 65 libras. D. Afonso IV, em 1346, proibiu o mosteiro de usar



Exterior.
Pormenor das absides

jurisdição no termo brigantino, pois pertencia ao rei. Mais tarde, D. João I (1385-1433) concedeu-lhe diversos privilégios e isenções.

Em 1387, hospedaram-se neste mosteiro D. João I, D. Nuno Álvares Pereira e o inglês João de Gant, por ocasião da assinatura do Tratado de Babe (a 26 de março), através do qual o duque de Lencastre renunciava a todos os eventuais direitos que poderia ter sobre o trono português devido ao casamento de sua filha, D. Filipa com o monarca português. Talvez em agradecimento pela hospitalidade prestada, D. João I confirmou todos os privilégios do mosteiro, em 1413, e, mais tarde, em 1429, concedeu a este mosteiro o seu patrocínio real e várias regalias. Também de 1413 data uma provisão de D. João I destinada a acabar com as devassas que o alcaide e juiz de Bragança fazia nos bens do mosteiro, cujo abade havia apelado ao monarca. Em 1422, o mesmo monarca toma sob a sua proteção os monges e concede-lhes privilégios de isenção.

A partir do século XV, precisamente em 1422, o mosteiro entrou em regime de abades comendatários, conduzindo a uma decadência da comunidade. Em 12 de março de 1433, o abade D. Fr. Rodrigo entrega ao arcebispo de

Braga, D. Fernando da Guerra, o governo e a administração do mosteiro. D. Fernando da Guerra, tendo permanecido no mosteiro em julho de 1434 e em maio de 1435, transformou-o em base das suas visitas pastorais ao nordeste Trasmontano. Em julho desse ano, e a pedido do arcebispo, o rei D. Duarte confirmou ao mosteiro todos os bens que possuía, diploma que nos permite ter uma nova visão do seu património. Em novembro de 1454, o duque de Bragança D. Afonso, profere uma sentença contra o mosteiro por este querer extorquir o tributo do maninhá-dego em terras de Bragança, sendo abade Fr. Luís Eanes. No livro de registos da chancelaria de D. João II foi assente uma doação ao mosteiro de umas casas em Bragança, datada de 18 de fevereiro de 1486, em virtude de terem sido derrubadas outras que lhe pertenciam. D. Manuel, a 20 de maio de 1497, volta a confirmar ao mosteiro todos os privilégios, honras e liberdades concedidos pelos monarcas anteriores. Dentre os abades comendatários destaca-se o abadessado de D. Diogo Pinheiro, que acumulou, entre outras, as funções de bispo do Funchal e de vigário da igreja de Santa Maria dos Olivais de Tomar, igreja matriz da Ordem de Cristo. É possível conhecer a extensa dimensão

Absidiolo sul e vestígios arqueológicos do muro da igreja



Absidiolo sul



patrimonial do mosteiro de Castro de Avelãs no início do século XVI através do Tombo dos Bens do Mosteiro, datado de 1501. De 1545 data a extinção do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs por diploma papal, a bula *Pro excellenti apostolicae sedis*, de 22 de maio, promulgada por Paulo III, instituindo a diocese de Miranda, e anexando ao novo bispado as rendas do extinto mosteiro. No ano seguinte, a 26 de maio, D. João III ordena aos monges que entreguem as rendas e propriedades do mosteiro ao recém-criado Cabido de Miranda *sem nisso poerdes duvida nem embargo algum*. A tomada de posse dos bens do mosteiro pelo Bispo e Cabido de Miranda data de 19 de junho de 1546.

Nas palavras de Ana Afonso, questões de ordem interna, nomeadamente as tensões e os conflitos no seio da comunidade, conduziram a uma má gestão que acabou por favorecer o encerramento do mosteiro. Começa então o período de declínio do património monástico de Castro de Avelãs que se veio a materializar no desmantelamento de parte da sua fábrica românica.

João de Barros, em 1548, afirmara que o mosteiro de Castro de Avelãs fora da Ordem de Santo Agostinho, tivera muitos monges e valia um conto de reis de renda. É o

único autor que associa o mosteiro aos cónegos regantes, pois o mosteiro era de observância beneditina. Francisco Manuel Alves, nos inícios do século XX, adverte o leitor para este engano.

Segundo as Memórias Paroquiais de 1758, Castro de Avelãs tinha 15 vizinhos, concretamente 65 pessoas, exceto crianças. O seu orago era São Bento, patriarca dos Beneditinos que aí tinham um mosteiro rico, cujas rendas foram destinadas aos ministros e fábrica da Sé de Miranda. Dos edifícios examinados e ainda existentes à época, ficou registado que não havia mais do que uns fragmentos nas casas de residência dos párocos; a capela mor da igreja era já decaída da sua “vistosa” arquitetura e duas capelas laterais, uma do lado norte que servia de sacristia e outra da parte do sul que se abriu para dar passagem às procissões pelo adro. As mesmas memórias registam que, na Quinta de Grandais, anexa da freguesia, a meia légua de distância, havia uma capela dedicada a São Miguel com duas naves e um altar com imagens de São Miguel, Nossa Senhora do Rosário, São Sebastião e Santo Estevão.

O mosteiro de Castro de Avelãs teria tido uma primeira localização não muito longe da definitiva, na

Absidíolo sul. Túmulo de D. Nuno Chacim





Leão do túmulo de D. Nuno Chacim

chamada ermida de São Salvador, mas a necessidade de ampliação do mosteiro levou à sua demolição, da qual não restam quaisquer vestígios. É possível que a edificação do mosteiro românico, de que apenas remanesce a cabeceira, tenha ocorrido na segunda metade do século XIII, atendendo à prosperidade económica de que gozavam já os monges beneditinos, primeiro, na sequência da sua dependência relativamente ao mosteiro espanhol de San Martín de Castañeda e, segundo, por força das doações e privilégios que vinha recebendo ao longo do século XIII.

Orientada, a igreja de Castro de Avelãs apresenta uma cabeceira composta por abside e dois absidiólos, semicirculares no exterior e no interior. A igreja tem nave única retangular, tendo-se convertido o absidiólo do lado do Evangelho em Sacristia, anexando-lhe um corpo retangular que lhe amplia a área. Há uma evidente diferença de altura entre a cabeceira e os corpos da nave e sacristia, a norte. Com a demolição das naves românicas, a abside destaca-se pela sua altura mais elevada, o que justificou que se entaipasse parte do primitivo arco triunfal que ficou, por esta razão, visível a partir do exterior, sobre o telhado de duas águas da nave. O absidiólo do lado da Epístola ficou aberto, a céu aberto, e acolhe a arca sepulcral de D. Nuno Martins de Chacim. Conforme nos informa Miguel Tomé, embora em 1908 este absidiólo ainda conservasse parte da abobada, a verdade é que quando a DGEMN deu início a uma intervenção nesta igreja pedida em 1933 pelo Eng. Henrique Gomes da Silva, seu Diretor-Geral, este estava reduzido aos arranques da parede. Assim, e muito embora as obras tivessem sido interrompidas em 1942, uma das ações realizadas visou concluir este absidiólo, copiando o modelo do lado norte. Ora, a leitura do mesmo na atualidade tem necessariamente de considerar o facto de estarmos diante de uma reintegração que procurou, acima de

tudo, criar uma leitura unitária ao conjunto remanescente na cabeceira e completar a sua leitura volumétrica.

A cabeceira é escalonada, com a abside mais elevada que os absidiólos. A cabeceira foi edificada em tijolo, constituindo hoje aquilo que remanesce da igreja românica. Na abside encontramos uma decoração formada por três registos de duplas arcadas cegas, reentrantes, rasgando-se estreitíssimas frestas no inferior. Nos absidiólos foram criados apenas dois registos de arcadas cegas e tanto aqui, como na abside, o conjunto remata superiormente por um friso em dente de serra.

A nave única, edificada durante a época moderna, foi já concebida dentro das linhas classicizantes que caracterizaram a arquitetura religiosa da segunda metade do século XVI. Estamos diante daquilo que tem sido conotado como arquitetura chã, austera, em que os elementos decorativos são praticamente inexistentes. Disso é exemplo a fachada ocidental onde a cal branca contrasta com o granito dos cunhais rematados por pináculos e que realçam as extremidades do edifício. Um frontão curvo, em granito e sem qualquer elemento decorativo realça o portal da igreja, de verga reta. Este é encimado por um janelão retangular, também de granito, criando uma tímida verticalidade no centro da fachada que remata superiormente com uma empena, cuja cornija em granito, é rematada no ângulo por uma cruz também ela em granito.

A simplicidade da estrutura da nave contrasta de forma evidente com a cabeceira da igreja, a que podemos acrescentar a diferença tão evidente ao nível da natureza dos materiais usados e das diferenças estilísticas. As Memórias Paroquiais de 1758 confirmam que o "mosteiro de Castro de Avelãs [tinha] três altares, o da capela mor em que está S. Bento e dois laterais: norte tem a imagem de N^a S^a do Rosário e a do sul tem a imagem de S. Sebastião". Ou seja, a abside manteve a sua função inicial e o culto do orago beneditino. O arranjo do interior da cabeceira é mais simples que o do exterior, onde também encontramos o mesmo arranjo de arcadas cegas e uso do friso em dente de serra. Apesar da parede fundeira da nave estar oculta pelo retábulo-mor, em estilo barroco nacional, no prolongamento dos paramentos laterais ainda conseguimos ver bem o investimento colocado na ornamentação do espaço: dois registos de arcadas cegas, separados entre si por friso dentado e encimadas por uma composição que intercala o friso dentado com um liso. O arco triunfal apresenta uma linguagem classicizante e por ser baixo não permite que a partir da nave se apreenda aquilo que remanesce da fábrica românica da cabeceira. Já nos absidiólos, a composição simplifica-se ao uso de apenas um registo. No absidiólo do Evangelho, hoje adaptado a sacristia, e na abside a

abóbada encontra-se caiada de branco. Já o absidiólo do lado da Epístola ficou a descoberto o que explica o estado de ruína em que se encontrava em inícios do século xx e que justificou uma profunda intervenção de restauro, realizado entre 1928 e 1950. Ainda hoje esta parte da cabeceira se encontra a céu aberto, abrigando-se nele o sarcófago monolítico de D. Nuno Martins de Chacim e que, a julgar pela informação de Fr. Leão de São Tomás, estaria “dentro” da igreja, “levantado sobre leões”.

O sarcófago monolítico de D. Nuno Martins de Chacim foi concebido em granito. A sua arca feral tem configuração paralelepípedica e a tampa secção pentagonal com remate superior de duas águas. Sendo que se enquadra na tipologia típica dos sarcófagos monolíticos dos séculos XIII e XIV, Mário Barroca acredita ser possível que o interior apresente uma configuração antropomórfica. A sua ornamentação é contida e resume-se a dois elementos significantes que permitiram a identificação de quem se quis

aqui tumular. Na tampa do monumento, acompanhando a ilharga ou eixo central da peça foi gravada uma inscrição:

ERA DE MIL E CCC E

Aqui gravaram-se apenas os elementos iniciais do texto, ou seja, os elementos cronológicos, pelo que a inscrição resulta de uma encomenda prévia, feita em vida do próprio encomendador, D. Nuno Martins de Chacim. Tendo destinado o local do seu eterno descanso, terá este nobre pensado que após o seu óbito algum descendente, ou até um monge do mosteiro de Castro de Avelãs, iria completar o letreiro, o que não aconteceu. E embora a inscrição esteja incompleta, a heráldica permitiu identificar os escudos de armas que ornaram este túmulo com a linhagem dos de Chacim. De acordo com Mário Barroca, a inscrição refere alguém que morreu depois do ano de 1262 (Era de 1300) e sabendo que entre 1283 e 1288 terá morrido D. Nuno Martins de Chacim, não se torna difícil aferir que este

Interior. Perspetiva da nave e abside a partir do lado ocidental



Interior. Absidiólo norte, adaptado hoje a sacristia





*Estruturas
arqueológicas a
sul da igreja*

sarcófago a ele se destinou e por ele terá sido encomendado. O facto de se tratar de uma figura proeminente dos de Chacim e descendente da linhagem dos Bragançons, família patronal deste mosteiro beneditino, é mais que legítimo que se quisesse fazer sepultar neste espaço. Assim, os dois brasões, na arca, tal como a inscrição, na tampa, foram gravados na mesma face do moimento – o seu lado direito – o que demonstra que a sepultura deve ter sido concebida para ficar encostada a uma parede pelo seu lateral esquerdo, encostado à face interna da parede norte da nave ou embutida em arcossólio, possivelmente este na face exterior da parede sul da nave. De acordo com a análise proposta por Mário Barroca, somos em crer que este túmulo esteve primeiramente no exterior da igreja, depois foi levado para o seu interior até que, por fim, voltou para o exterior, para o local onde hoje o vemos. Quanto à representação, Mário Barroca identificou em ambos os brasões uma banda e entende que as pequenas peças de forma hexagonal alongada e irregular, dispersas de maneira mais ou menos equilibrada no espaço disponível, poderão representar de forma esquemática as manchas escuras do arminho. Esta organização interna do escudo corresponde à descrição feita nos tratados de heráldica das armas desta família: “De arminhos, com banda de vermelho, carregada de duas

coticas de prata”. É provável que os brasões tivessem sido pintados. Os dois leões de granito, que na primeira metade do século XVII ainda sustentavam a arca tumular, foram colocados sobre o muro que delimita o adro, ladeando o portão de entrada e monumentalizando o acesso principal ao templo paroquial.

Há várias lendas associadas ao mosteiro de Castro de Avelãs, em particular à representação destes dois leões de pedra, reclinados. Na realidade, a lenda é a mesma, apenas sobreviveram versões diferentes de relato de um matricídio. Um fidalgo terá lançado a mãe aos leões e, arrependido, relatou o sucedido aos monges do mosteiro de São Salvador que lhe penitenciaram meter-se vivo num túmulo onde acabaria morto por uma cobra.

O mosteiro beneditino de São Salvador de Castro de Avelãs teve um percurso singular ao longo do período medieval. As doações régias e particulares e o patrocínio dos seus padroeiros permitiram que fosse acumulando um vasto património. Porém, a extinção do cenóbio e a incorporação das suas rendas no bispado de Miranda conduziram ao abandono e à ruína do edifício. Ao que se sabe, as três naves da igreja românica persistiram até à anexação do mosteiro à diocese de Miranda em 1545. Segundo a tradição, a população local teria começado desde logo a

demolir o mosteiro, reaproveitando os materiais para outras construções, o que estranhámos atendendo à natureza dos mesmos. Escrevendo cerca de um século depois da anexação de Castro de Avelãs à diocese de Miranda, em 1644, Fr. Leão de São Tomás confirma que a igreja do mosteiro era *muy fermosa de tres naves, & mayor que a de qualquer Sé. As naves colateraes se derrubarão, quando as rendas dele se applicarão ao Cabido de Miranda, ficou só a nave de meyo*. Assim, as três naves teriam uma escala considerável. Foram demolidas e substituídas por uma única nave, cujo interior é contido, com os paramentos caiados de branco e apresentando cobertura em teto de masseira. Destas três naves nada resta. Uma fonte publicada por Lúcia Rosas imputa a redução da dimensão da igreja à "capacidade do povo". Apesar da veracidade desta informação relativa à sua demolição, há também propostas que defendem que o projeto inicial seria ambicioso e teve de ser a dada altura interrompido ficando, assim, a igreja inacabada e o seu corpo reduzido a uma nave.

Dado o seu carácter inédito no contexto do românico português, a cabeceira de Castro de Avelãs merece uma atenção especial. De facto, estamos diante de uma imponente fábrica erguida em tijolo. Tal opção deve-se à inexistência de granito na região envolvente, material mais comumente usado na edificação do românico português, abundando antes as terras argilosas. O tijolo é um material comum na região da meseta duriense castelhana, o que, juntamente com o recurso a elementos decorativos de carácter geométrico, tem levado alguns autores a classificar de mudéjar o românico de Castro de Avelãs. Em 1928 foi identificado um capitel românico, avulso, junto da residência do abade, mas também dois arcos quebrados, um cunhal formado por diversos silhares e a base de uma torre, onde atualmente se encontra a sineira. Tendo em conta a sua localização tão próxima da igreja estes elementos poderão ter pertencido em tempos à sua fábrica, levando a colocar-se a hipótese de a fábrica românica de Castro de Avelãs ter adotado arcos, capitéis e outros elementos de granito, usados juntamente com o tijolo, aspeto que não deve ser desconsiderado tendo em conta a possibilidade que o granito cria enquanto suporte escultórico. Além disso, a pedra era um material caro e pouco comum na região, pelo que se compreende a sua utilização em elementos arquitetónicos significantes para acolhimento de quadros escultóricos ou na edificação de estruturas com simbologia militar como o são as torres.

A igreja do mosteiro de Castro de Avelãs foi edificada dentro da tradição do românico mudéjar de León, com paralelos na zona de Zamora, Toro, Salamanca, Sahagún e na parte ocidental da província de Valladolid, facto que se



Torre no adro da igreja

explica pela sua localização fronteiriça, que permitiu a migração de formas forâneas à realidade do granito. De destacar a decoração típica deste género de arquitetura, formada por um erudito jogo de arcadas e janelas cegas com molduras em dentes de serra e frisos salientes. As relações acima referidas entre os monges de Castro de Avelãs com São Martinho de Castañeda poderão também explicar a opção de renovar esta igreja recorrendo ao uso do tijolo. Recentemente foram encontrados importantes paralelos deste tipo de construção na cidade de Bragança, nomeadamente nos vestígios da cabeceira da Igreja do Convento de São Francisco e que hoje acolhe o Arquivo Distrital de Bragança. Embora edificada em xisto da região, a abside é igualmente semicircular e constitui aquilo que persiste do período românico numa igreja. A nave e a fachada foram profundamente transformadas no século XVII.

Do período românico remanescem ainda alguns vestígios arqueológicos ligados aos claustro e alas conventuais, a sul da igreja. De acordo com Mário Barroca, observam-se ainda em quase toda a sua extensão os alicerces da parede sul da nave. A cota do piso medieval era substancialmente mais baixa do que atual, resultante da intervenção da DGEMN, tal como mostra esta estrutura e o absidiolo sul confirma. Segundo Américo Costa, a igreja e o mosteiro

eram defendidos por uma muralha de tijolo e cal. Alude ainda à existência de “dois arcos do vestuto mosteiro” que supõe “terem servido para darem passagem para a igreja”. Ora, no exterior do adro e no alinhamento do absidiólo sul conserva-se a base daquilo que seria uma torre, em cantaria. Segundo fonte publicada por Lúcia Rosas, no século XVIII tinha de altura cinquenta varas e questiona-se se não faria esta torre parte da igreja, ou seja, seria uma das duas que incorporaria a fachada ocidental, tal como era característico em igrejas da época românica de três naves e com uma dada escala territorial. A referência de Américo Costa quanto à função de passagem para a igreja desta estrutura, torna-se dúbia. A julgar pela hipótese de levantamento publicado por Carlota Cunha em 2008, vemos que a referida torre se encontra não só no alinhamento do absidiólo sul, como também apresenta a proporção que corresponderia à nave que ligava ambos os elementos. É certo também que Mário Barroca identifica os alicerces da parede sul da igreja. Porém, os correspondentes a norte ainda não foram identificados. Contudo, não podemos deixar de parte a hipótese de estarmos perante uma estrutura isenta, aspeto comum ao românico, tal como o vemos no mosteiro de São Salvador de Travanca (Amarante). Ou, indo mais longe, questionar se a muralha de tijolo a que se refere Américo Costa não corresponderá antes a uma

cerca, mais necessária ainda a uma estrutura monástica de território fronteiriço, e esta torre, com as suas passagens, não ter sido antes uma estrutura que delimitasse o acesso ao interior da mesma.

Em 1910, o mosteiro de Castro de Avelãs foi classificado Monumento Nacional.

Texto: MLB/JL - Fotos: JNC/MLB/MF/MS/SIPA-DGPC
Planos: GM/MF/MS (sobre DRCN)

Bibliografia

AA.VV., 1995a, p. 954; AA.VV., 2019, pp. 192-197; 202, 303-322; AFONSO, B. e TRANCOSO, D., 1983, pp. 129-130; ALMEIDA, C.A.F., 1986b, pp. 103-104; ALMEIDA, C.A.F., 1995, p. 352; ALMEIDA, C.A.F., 2001, p. 126; ALVES, F.M., 1909-10, pp. 85-93; ANTT, *Gaveta* 10, mç. 12, n.º 24; ANTT, *Gaveta* 11, mç. 4, n.º 19; ANTT, *Gaveta* 12, mç. 2, n.º 2; ANTT, *Gaveta* 12, mç. 9, n.º 2; APL 2230 e APL 3551; BARROCA, M.J., 1996b, pp. 596-600, 601-605 e 607-608; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 357 (de [1262-1288]); BARROS, J., 2019, p. 354; BOISSELLIER, S., 2012, p. 154; CHANC. D. JOÃO II, liv. 1, fl. 41; CHANC. D. MANUEL I, liv. 30, fl. 56; COSTA, A., 1929-49, V, pp. 125-126; CUNHA, C.S.P.O., 2008, p. 147; FERNANDES, P.A., 2012; GEPIB, 1935-60, VI, p. 256; *HISPANIA EPIGRAPHICA*; MEM. PAROQ. 1758 (2007), pp. 265-266; MORENO, H.B., 1986, p. 80; OLIVEIRA, C.P., 1991, pp. 35-39; PASSOS, C., 1958, pp. 13, 19, 21-23; PESSANHA, J., 1907, p. 98; ROSAS, L.M.C., 1995, II, p. 439; SIPA; SOUSA, B.V., 2016, p. 58; TOMÉ, M., 1998, II, pp. 129-136; VITORINO, P., 1928, pp. 9 e 21-22; ZUQUETE, A.E.M. e FARIA, A. M., 1987, p. 160.